

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ - FAG

BRUNA MARIA DOS SANTOS LIMA

LUANA DE AREIS DIAS

UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE A INFÂNCIA

CASCADEL

2021

**BRUNA MARIA DOS SANTOS LIMA
LUANA DE AREIS DIAS**

UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE A INFÂNCIA

Trabalho apresentado como requisito parcial para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso: Artigo, do curso de Pedagogia, do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG.

Professora Orientadora: Jussara Chagas de Lima.

CASCADEL

2021

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ - FAG

BRUNA MARIA DOS SANTOS LIMA

LUANA DE AREIS DIAS

**UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE A
INFÂNCIA**

Trabalho apresentado no Curso de Pedagogia, do Centro Universitário Assis Gurgacz -FAG, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação da Professora Especialista Jussara Chagas de Lima.

BANCA EXAMINADORA

Jussara Chagas de Lima
Centro Universitário Assis Gurgacz –
FAGEspecialista

Jean Carlos Coelho
Centro Universitário Assis Gurgacz –
FAGEspecialista

Marilena Lemes Marques Salvati
Centro Universitário Assis Gurgacz –
FAGEspecialista

Cascavel/PR, 05 de novembro de 2021.

UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA SOBRE A INFÂNCIA

LIMA, Bruna Maria dos Santos¹

DIAS, Luana de Areis²

LIMA, Jussara Chagas de³

RESUMO

As crianças sempre existiram em nossa sociedade, porém a concepção de infância muda dependendo de seu contexto histórico, a condição do ser criança faz parte das relações de sociabilidades bem como, de ambiências nas mais diversas culturas do mundo. Sabe-se que a singularidade da infância requer cuidados não só de uma educação específica de seus tutores, mas também da sociedade. Neste sentido, o presente estudo busca demonstrar uma antropologia da infância, ou seja, os diversos tipos de infância existentes. Ainda, apresenta a diferença do cotidiano, brincadeiras e atividades existentes entre a classe média e popular e o modo de brincar. Assim levando em consideração toda a trajetória da criança e sua infância pode-se evidenciar as características culturais do viver a infância, como seu conceito foi se modificando e como a sociedade interfere na mesma, para tanto se realizou uma pesquisa bibliográfica por meio dos principais autores: Priori (2018), Airès (1981) e Cohn (2005) que oportunizaram um amplo conhecimento de como os diversos tipos de concepção de infância se desenvolveram na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia. Infância. Cultura. Sociedade.

AN ANTHROPOLOGICAL ANALYSIS OF CHILDHOOD

ABSTRACT

Children have always existed in our society, but the concept of childhood changes depending on its historical context, the condition of being a child is part of the relationships of sociability as well as environments in the most diverse cultures in the world. It is known that the uniqueness of childhood requires care not only for the specific education of its tutors, but also for society. In this sense, the present study seeks to demonstrate an anthropology of childhood, that is, the different types of childhood that exist. Still, it presents the difference of everyday life, games and activities that exist between the middle and popular classes and the way of playing. Thus, taking into account the entire trajectory of the child and their childhood, it is possible to highlight the cultural characteristics of living childhood, how its concept was changing and how society interferes in it. : Priori (2018), Airès (1981) and Cohn (2005) who provided opportunities for a broad knowledge of how the different types of conception of childhood developed in society.

KEYWORDS: Anthropology. Childhood. Culture. Society.

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG. E-mail: brunamarialima807@gmail.com.

²Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG. E-mail: luanaareis6@gmail.com.

³Professora Orientadora do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG. E-mail: jussarajc192@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O que é ser criança? O que significa a infância? E quando ela acaba? Essas são perguntas que não se escuta com frequência, pois a sociedade sobretudo no mundo ocidental apresenta uma romantização desta, descaracterizando a experiência da infância, sob esse aspecto, procura-se manifestar uma antropologia da infância, a partir de sua cultura, que denote através desta a pluralidade de experimentar as infâncias.

Nesse sentido, há a necessidade de se evidenciar uma antropologia que demonstre tal ambiguidade, bem como suas contradições são de extrema importância para que a sociedade deixe de lado a romantização e compreenda que a representação e sua infância estão relacionadas às diversas culturas existentes.

Conforme Cohn (2005), a antropologia começou no fim do século XIX e início do XX, como uma ciência social, de responsabilidade e do estudo de outras sociedades e culturas. A antropologia da criança é aquela que analisa o que significa ser criança em outras culturas e sociedades, pois não é possível falar de uma criança sem entender em qual cultura ela vive e como seu povo pensa e qual o lugar que eles ocupam na sociedade. Sendo assim, traz grandes contribuições, pois permite entender as crianças por si mesmas.

A concepção de infância sempre estará em mudança, pois há diversos tipos de sociedade, conforme Cohn (apud MEAD, 2005) pondera:

Crianças existem em toda parte, e por isso podemos estudá-las comparando suas experiências e vivências; mas essas experiências e vivências são diferentes para cada lugar, e por isso temos que entendê-las em seu contexto sociocultural (COHN, 2005 apud MEAD, 2005, p. 26).

Para entender um pouco sobre essas infâncias e as mudanças que a criança tem no espaço vivido dentro da sociedade, é preciso voltar no tempo e na história, buscando assim reconstruir passo a passo o passado e as diferentes crianças.

2 DESENVOLVIMENTO

Philippe Ariès (1981) em seu livro “História Social da Criança e da Família” relata que até o século XII a infância não era reconhecida, as crianças eram vistas como adultos em miniaturas, não se pensava no sentimento da infância como nos dias de hoje.

As pinturas feitas pelos artistas no século XIV sempre mostravam a ternura da

infância, a criança procurando sua mãe para acariciá-la, brincando com os brinquedos da época ou até mesmo comendo. As representações da infância eram de uma infância sagrada sendo uma das referências, o menino Jesus.

No século XV a representação da infância é retratada com certa insensibilidade, sem a preocupação de representá-las nas pinturas, pelo fato de muitas não sobreviverem até a fase adulta, pois a mortalidade infantil era algo ‘natural’ naquela época. A mortalidade infantil sempre esteve em alta, pois não havia os cuidados necessários a elas e sua morte era considerada como fatalidade, tantas crianças morriam e nasciam, sendo um ser que não fazia falta, desta maneira, “as pessoas não podiam apegar-se muito a algo que era considerado uma perda eventual” (AIREÈS, 1981, p.57).

Apenas no século XVI, o retrato da criança morta começou a aparecer através de uma esfinge funerária que representaria no túmulo de seus pais. O autor considera tal fato como marco na história do sentimento de infância, representando a imensa importância em conservar a memória da criança que faleceu, mudando o sentimento de insignificância atribuído à criança no decorrer dos séculos.

Os pintores do século XVII começaram a representar as crianças sozinhas. Afirmando que “o gosto novo pelo retrato indicava que a criança começava a sair do anonimato em que a sua pouca possibilidade de sobreviver à mantinha” (AIREÈS, 1981, p. 58). E, portanto, cada família começou a querer um retrato de suas crianças e ter uma pequena importância sobre a criança, os responsáveis começaram a fazer questão de vacinar seus filhos e lhes dar os cuidados necessários, fazendo assim com que a mortalidade diminuísse.

Pode-se notar a partir destas referências que a descoberta da infância iniciou a partir do século XIII ao acompanhar a história da arte por meio de suas representações, porém o sentimento de infância ainda é questionável, pois assim que a criança conseguia viver sem precisar de sua mãe ou ama (uma serva, escrava ou empregada encarregada de cuidar de crianças em casas mais abastadas), ela ingressa no universo dos adultos, ou seja, as crianças não tinham uma infância, elas eram preparadas para o mundo do trabalho.

No século XVI e XVII o primeiro sentimento da infância surge a partir do momento em que a criança passa a ser uma fonte de distração e relaxamento para os adultos, esse sentimento apareceu por meio das mães e das amas, e assim não era necessário que elas escondessem o prazer em paparicar as crianças. No entanto, esse sentimento teve outro sentido, os moralistas da época achavam insuportável esse comportamento de mimar, e assim, passou-se a ser indesejável que crianças se misturassem com os adultos, pois para alguns esses mimos os tornariam mimados e mal-educados.

Corroborando a ideia Airès (1981) ressalta que:

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado á criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÈS, 1981, p. 10).

Moralistas e educadores do Século XVIII partilhavam a repugnância de Montaigne e Coulanges pela “paparicação”. O austero Fleury, em seu *Traité des études*, destaca:

Quando os adultos as fazem (as crianças) cair numa armadilha, quando elas dizem bobagem ao tirar uma conclusão acertada de um princípio impertinente que lhes foi ensinado, os adultos dão gargalhadas do triunfo por havê-las enganado, beijam-nas e acariciam-nas como se elas tivessem dito algo correto (era paparicação). É como se as pobres crianças fossem feitas apenas para divertir os adultos, como cãozinhos e macaquinhos (os macacos de Montaigne) (AIRÈS, 1981, p. 161).

Neste contexto, observa-se que na trajetória percorrida pela criança, há passagens entre um estágio e outro, transmissões nos usos e apropriações de forma sociais e até mesmo permanências no tempo que não podem ser assim tão facilmente identificadas. Airès (1981) destaca que a forma de ser criança sofre permanentes mudanças ao longo dos séculos.

A antropologia nos mostra que não existe apenas um conceito sobre a infância, Mary Del Priore (1991), em seu livro “História das crianças no Brasil” mostra os diversos tipos de infância desde a época colonial até a época da república.

Segundo Galeno durante o século XVI e XVIII, a primeira idade do homem era dividido em duas fases, a puerícia que era a fase desde o nascimento até os 14 anos, a adolescência dos 14 aos 25. A puerícia era o que chamamos de primeira infância nos dias de hoje, e ela se dividia em três momentos, conforme a condição social de pais e filhos, o primeiro momento era a fase da amamentação, o segundo até os sete anos, o qual os filhos acompanhavam seus pais no dia a dia, e o terceiro em que as crianças iam trabalhar, desenvolvendo atividades ou estudando.

A infância na idade colonial era conforme sua classe social, as crianças dos escravos iam com suas mães trabalhar nas casas dos senhores e serviam como brinquedos e distração para as senhoras rirem de suas cambalhotas e deixavam que participassem da vida de seus filhos. Algumas crianças participavam da vida do trabalho, eram auxiliares de construtores, pintores e arquitetos, muitos desde pequenos aprendiam esse ofício e seguia carreira, ou seja,

a infância nessa época era dividida em dois tipos: as crianças que podiam brincar e eram livres, os filhos de senhores, ou os filhos de escravas que estavam ali para divertir os mesmos, e as crianças da colônia que serviam para acompanhar seus pais/senhores nos afazeres domésticos.

Já as crianças da elite durante o império tinham suas vidas ordenadas pelos adultos, os meninos da elite frequentavam a escola aos sete anos e só terminavam sua formação, dentro ou fora do Brasil, como opção os colégios particulares ou a formação militar, já a educação das meninas se dava aos afazeres de casa, muitas iam para as escolas, porém sempre terminavam em uma porta de igreja.

A infância dos escravos, embora no começo de sua vida parecesse feliz, pelo fato da convivência na casa dos senhores, e serem paparicados pelas senhoras, no decorrer de seu crescimento esse mundo ia ficando mais distante, acabavam fazendo tarefas domésticas leves da fazenda, e tornando-se escravos daqueles que eles brincavam antes. Aos 14 anos as crianças escravas faziam os mesmos trabalhos que um adulto.

Crianças órfãs, bastardas ou abandonadas também não tiveram sua infância, muitas foram recrutadas para lutar nas guerras, o governo pensava que elas teriam a pátria como pai e mãe, e os demais combatentes como irmãos. Além dos órfãos, foi enviado às companhias de aprendizes também os “delinquentes” pela polícia e os “voluntários” matriculados pelos pais, aonde aprendiam a manejar armas, remar, coser velas, desfilar em mostras e bordejar em navios, sendo assim essa instituição era vista como uma opção de ascensão social para os filhos de negros livres.

Famílias que tiveram seus filhos em diversos períodos do século XX identificavam cada dia diferentes modos de entender o cuidado que deveriam ter com os mesmos. Uma análise de entrevistas realizada por Biasoli-Alves (2008) no livro “Família e Educação: olhares da psicologia” enfatizam a diferença dos valores e a questão da liberdade dada às crianças de uma geração para outra, desde 1920 até o início do século XX.

No século XX, as famílias geralmente com muitos filhos, porém com pouca diferença de idade, possuíam um espaço bastante vasto tanto dentro quanto fora de casa. Crianças de classe média tinham um cotidiano mais voltado às brincadeiras e às atividades, enquanto as crianças de camada popular tendem a trabalhar junto aos adultos. Sua educação está sempre voltada para o trabalho independente de suas camadas. Identifica-se também a existência de duas infâncias (entre a classe média e popular), na qual adultos de classe média tinham um pensamento de melhorar e procurar maneiras de garantir brinquedos e jogos para suas crianças, já a classe popular permanecia sempre nas mesmas brincadeiras ou até deixavam de lado o brincar para trabalhar juntos aos adultos.

Na década de 1920 famílias de classe média deixaram o número grande de filhos, de 10 a 12 ou até mais, passaram para 05 e gradativamente foram para apenas 01 ou nenhum, pois com suas condições econômicas teriam a possibilidade de oferecer um lazer adequado, com brinquedos e a possibilidade por meio de estudo para um caminho profissional desejado.

A queda do número de filhos entre as famílias, fez com que diminuíssem o número de irmãos e companheiros para as brincadeiras, devido a isso, brinquedos psicopedagógicos começaram a aparecer para ajudar nesta transição. Desse modo, a troca pelos jogos espontâneos ocorre pelo treinamento de esportes e as competições entre as crianças. Já as crianças de classe popular e bairros periféricos continuam a usar a rua como ponto de encontro para brincadeiras e jogos. Conforme Vygotsky (1998):

O brincar cria uma Zona de Desenvolvimento Proximal da criança. No brinquedo, a criança sempre comporta além do comportamento habitual de sua idade, além de seu comportamento diário; no brinquedo é como se fosse maior do que é na realidade (VYGOTSKY, 1998, p. 134).

No período de 1930 a 1960 as famílias eram grandes e o cuidado com as crianças desde a sua alimentação, porém o diálogo entre elas não estava tão presente. Assim, as mães tinham o papel de corrigir a criança, mas sem bater, pois, a punição era sempre aplicada pelo pai.

Já nas décadas de 1970 a 1990, as crianças eram colocadas na escola cada vez mais cedo, pois havia uma preocupação de seus pais para a preparação delas em ser “alguém” dentro da sociedade. Neste período se estabelece a divisão do que é uma atividade própria e necessária para cada faixa etária, e a ideia de tornar a criança sempre independente aos seus afazeres.

Observa-se que a trajetória de cuidar foi sempre se modificando com o passar do tempo. Buscando um melhor caminho para os bons estudos e com um olhar para o futuro na formação das crianças. Entretanto, a compreensão do conceito de criança e sua infância de um ponto de vista histórico, pode-se indicar situações nos dias atuais.

O modo como a criança é vista atualmente, vem consequentemente passando por transformações devido toda a trajetória, e é de extrema importância toda essas transformações para uma compreensão sobre as diversas infâncias e culturas presentes hoje.

Desta maneira, a visão atualmente presente sobre a infância mostra que o ser criança possui uma natureza singular, na qual acreditam ver o mundo de um jeito próprio utilizando de diferentes linguagens criadas pelos mesmos e desfrutarem de ideias/hipóteses originais

sobre o que procuram desvendar. Assim, o alcance dessa consciência da sociedade sobre a extrema importância das experiências sobre a primeira infância fez com que se ampliassem as condições necessárias à cidadania da criança, que passa a ocupar um lugar de destaque na sociedade.

A importância da Educação Infantil no Brasil está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, que destaca:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: § 1º- educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade (...) (BRASIL, 1996).

Nesta concepção, a educação é dever do Estado, junto ao apoio da família e também da sociedade, colocando a Educação Infantil parte do sistema educacional e levando em consideração a história e cultura da criança e seus diversos conhecimentos até a construção da sua autonomia e identidade. Neste sentido, o educar dentro da Educação Infantil ocorre por meio de circunstâncias interligadas ao cuidado, as brincadeiras e a aprendizagem.

São muitos os avanços conquistados durante toda a trajetória da criança e sua infância e dentro da Educação Infantil por intervenção da LDB (1996) que reconheceu as crianças como um sujeito de direitos, além da garantia de uma educação de qualidade, e não há dúvidas que as infâncias existentes dentro da sociedade e a Educação Infantil são etapas educativas por excelência para a vida do ser humano.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998):

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças (BRASIL, 1998, p. 22).

Sendo assim, a criança desenvolve a sua autonomia e identidade, e aprende a ter um olhar para o outro e cabe aos profissionais da educação, portanto, observar através das experiências prévias das crianças e as reações tomadas frente às variadas situações ocorridas durante o dia a dia, mas devem sempre levar em consideração a singularidade de cada criança.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se no decorrer deste estudo que a palavra “esperança” é uma das que mais define a infância, pois a mortalidade infantil era muito grande, e o fato de algumas crianças conseguirem chegar à idade adulta trazia certa esperança, fazendo assim a sociedade e o contexto histórico refletir sobre a infância, em que a criança está inserida e como vai ser sua infância. Evidencia-se assim, o Período Colonial no qual as crianças, filhos da elite, eram livres e desfrutavam do direito de brincar, estudar e entre outros, no entanto os filhos de escravos e de colonos, tão logo não precisassem mais de sua mãe, eram levados para o trabalho e consequentemente deixando de lado sua infância.

Nota-se que o estudo da antropologia busca então mostrar que não existe apenas um conceito de infância, e sim vários, e que cada um depende da sua sociedade, cultura e o período em que vive.

Ressalta-se que as crianças ganharam seu lugar na sociedade, aonde antes eram vistas como um animalzinho a ser domesticado pelos adultos, ou seja, um miniadulto. Conquistaram sua infância e seus direitos por meio da criação do Conselho da Criança e do Adolescente e ao ECA que assegura seus direitos e garante uma infância digna a cada criança.

Por conseguinte, a maneira como a criança é vista atualmente mostra a grande evolução durante toda esta trajetória, ganhando um papel dentro da sociedade, podendo assim desfrutar de sua primeira infância. Ainda, o alcance de uma Educação de qualidade imposta a partir das reformas ocorridas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), fazendo da Educação um dever do Estado, da família e da sociedade.

A escola, por sua vez, é o lugar aonde mais proporciona uma infância criativa e singular para as crianças, pois é nela que muitos conseguem usufruir de seus direitos com qualidade, tais como, ter acesso à cultura e aos meios de comunicação, poder brincar com outras crianças, ter uma boa alimentação que dê aos organismos todos os nutrientes que precisam para crescer com saúde e energia, entre outros. Portanto, é dentro dessa perspectiva que se deve ter uma preocupação com o desenvolvimento da criança.

A educação com excelência será possível apenas quando a mesma for acessível à todos os sujeitos, e baseada em padrões de qualidade e equidade sempre respeitando as especificidades de cada um.

Assim sendo, essas mudanças ocorridas trouxeram um avanço significativo, como o reconhecimento do ser criança enquanto cidadão, sendo um indivíduo de direitos, inclusive tendo o direito de ser criança e viver a sua infância, que hoje está presente dentro da

sociedade e buscando sempre o caminho para um estudo de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90**. São Paulo, Atlas, 1991.

CALDEIRA, Laura. **O conceito de Infância no decorrer da História**. 2010.

COHN. C. **Antropologia da criança**. 5º ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. In: PASSETI, Edson. As crianças brasileiras: um pouco de sua história, 2018.

MOREIRA, Lúcia; CARVALHO, Ana M. A. **Família e Educação: Olhares da Psicologia**. 1 ed. São Paulo: Paulista, 2008.

SILVA, Dulcilene; TAVARES, Daniel. **Educação Infantil: avanças e desafios, onde o discurso e a prática se encontram**. Juiz de Fora: Revista Estação Científica, 2016.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.